

RECONHECIMENTO DA AÇÃO: INTENCIONALIDADE, AUSÊNCIA, KNOW-HOW E DECISÃO

RECOGNITION OF THE ACTION: INTENTIONALITY, ABSENCE, KNOW-HOW AND DECISION

Jadir Jefferson¹

Resumo: Este artigo investiga a estrutura do reconhecimento a partir de um diálogo entre filosofia analítica e fenomenologia, defendendo a tese de que reconhecer não é meramente identificar um objeto, mas exercer uma competência intencional dinâmica estruturada por horizontes de ausência. Partindo da arquitetura do reconhecimento em John Perry (2001), o argumento mostra que a coordenação entre diferentes modos de apresentação exige uma dimensão experiencial que excede a mera referência. Essa dimensão é esclarecida pela análise fenomenológica inspirada em Edmund Husserl (1982), segundo a qual toda presença perceptiva implica um campo de ausências operativas que orientam antecipações, familiaridade e estabilidade prática. Com base nessa estrutura, o artigo sustenta que o reconhecimento já envolve formas de saber-fazer (know-how), dissolvendo a dicotomia entre cognição teórica e competência prática (Ryle, 1949). A decisão, por sua vez, não constitui uma ruptura reflexiva externa ao reconhecimento, mas a estabilização motivacional de um campo previamente estruturado por familiaridade incorporada (Karlsson, 1988). Conclui-se que a motivação da ação emerge de uma organização intencional dinâmica na qual identidade, presença e habilidade são momentos de um mesmo processo. O trabalho propõe, assim, uma reconceituação do reconhecimento como fundamento da ação.

¹ Bacharel Nutrição: Licenciatura Filosofia: Universidade de Ribeirão Preto. Universidade Uniderp Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Pós graduação Lato Sensu Nutrigenômica e Nutrigenética na prática clínica Faculdade Unyead

Palavras-chave: Reconhecimento; Intencionalidade; Presença e ausência; Know-how; Filosofia da ação; Motivação; Fenomenologia

Abstract: This article examines the structure of recognition through a dialogue between analytic philosophy and phenomenology, advancing the thesis that recognition is not merely the identification of an object but the exercise of a dynamic intentional competence structured by horizons of absence. Drawing on John Perry's (2001) account of the architecture of recognition, the paper argues that the coordination of different modes of presentation requires an experiential dimension that exceeds mere reference. This dimension is clarified through a phenomenological analysis inspired by Edmund Husserl (1982), according to which perceptual presence always entails a field of operative absences that guide anticipation, familiarity, and practical stability. On this basis, the article contends that recognition already involves forms of know-how, thereby dissolving the traditional dichotomy between theoretical cognition and practical competence (Ryle, 1949). Decision-making, in turn, is not an external reflective rupture but the motivational stabilization of a field previously structured by embodied familiarity (Karlsson, 1988). The paper concludes that action motivation emerges from a dynamic intentional organization in which identity, presence, and skill constitute moments of a unified process. Recognition is thus reconceptualized as a foundational structure of action.

Keywords: Recognition, Intentionality, Presence and Absence, Know-how, Philosophy of Action, Motivation, Phenomenology

Introdução

A compreensão de como o conhecimento se estrutura a partir da experiência permanece como um dos problemas centrais da filosofia, especialmente nas interseções entre epistemologia, fenomenologia e filosofia da mente. A experiência não apenas fornece conteúdos perceptivos, mas

também organiza transições de relevância que conectam registros imediatos a estruturas conceituais mais amplas. Nesse processo, decisões e ações não emergem de dados isolados, mas de uma dinâmica integradora que articula percepção, reconhecimento e atualização de crenças.

Este artigo propõe uma análise integrativa dessa dinâmica a partir da articulação entre a arquitetura cognitiva descrita por Perry (2001) e a fenomenologia da presença e ausência desenvolvida por Husserl (1982) e aprofundada por intérpretes contemporâneos da fenomenologia (Drummond & Embree, 2011; Hopp, 2020; Käufer & Chemero, 2021; Smith et al., 2023). Argumenta-se que o chamado “conhecimento de reconhecimento” pode ser compreendido como um processo estruturado de atualização entre registros perceptivos e arquivos conceituais de nível superior, mediado por relações de relevância que operam no interior da experiência.

A tese central defendida é que essa estrutura de reconhecimento não pode ser plenamente compreendida sem considerar as dinâmicas fenomenológicas de presença e ausência. As intenções vazias e preenchidas — descritas por Husserl (1982) e amplamente analisadas na tradição fenomenológica posterior (Levinas, 1995; Seifert, 1987) — operam como forças orientadoras que direcionam a experiência para o que ainda não está plenamente dado, mas que é antecipado como possibilidade de sentido. O ausente, nesse contexto, não representa mera lacuna informacional, mas um princípio organizador da motivação cognitiva e prática.

Sustenta-se, ainda, que o reconhecimento não se limita à confirmação conceitual de dados perceptivos. Ele se expande na forma de know-how, entendido como incorporação prática do conhecimento, onde atualizações conceituais passam a orientar competências e habilidades (Ryle, 1949). Pesquisas sobre intuição e ação em contextos complexos indicam que processos de reconhecimento experiencial frequentemente operam de modo pré-reflexivo e orientado por padrões incorporados (Korthagen, 2005; Miller & Ireland, 2005; Sinclair & Ashkanasy, 2005), aproximando-se da descrição fenomenológica da familiaridade operativa.

Arquitetura do reconhecimento em John Perry

A proposta de compreender o conhecimento como um processo estruturado de atualização entre níveis distintos de registro encontra uma formulação sistemática na arquitetura cognitiva descrita por John Perry. Segundo essa perspectiva, a formação do conhecimento envolve a interação dinâmica entre conteúdos perceptivos imediatos e estruturas conceituais já estabelecidas, organizadas em diferentes níveis funcionais.

Perry (2001) descreve essa estrutura por meio de uma analogia arquitetônica composta por três níveis interligados: (1) o nível inferior dos buffers perceptivos, (2) o nível superior dos arquivos associados a noções separadas, e (3) um nível intermediário responsável pelas conexões informacionais entre ambos. Essa organização permite explicar como dados da experiência podem confirmar, enriquecer ou modificar crenças previamente estabelecidas.

O nível inferior é constituído pelos buffers perceptivos, responsáveis por armazenar temporariamente informações provenientes da experiência imediata. Esses registros não se apresentam inicialmente como descrições conceituais elaboradas, mas como dados contextuais que capturam aspectos relevantes da situação vivida. Trata-se de um armazenamento funcionalmente orientado à interação com o ambiente, cujo conteúdo pode ou não alcançar níveis superiores de elaboração cognitiva.

O nível superior, por sua vez, abriga os arquivos associados a noções separadas — estruturas conceituais relativamente estáveis que incluem crenças, ideias e informações adquiridas por meio de leitura, testemunho, memória ou aprendizagem prévia. Esses arquivos constituem o que poderíamos chamar de repertório conceitual do sujeito, operando como reserva organizada de conhecimentos já sedimentados.

A relação entre esses dois níveis não é automática. Ela depende de um sistema intermediário de conexões que Perry (2001) descreve como responsável pela articulação informacional. Esse nível médio atua por meio de relações de relevância e correspondência: quando dados perceptivos apresentam

compatibilidade significativa com conteúdos previamente armazenados, estabelecem-se conexões que permitem a transferência informacional. Como resultado, crenças podem ser confirmadas, refinadas ou atualizadas.

O exemplo do encontro de Perry com o filósofo Fred Dretske ilustra esse processo. Antes do encontro presencial, Perry possuía um conjunto de crenças e ideias sobre Dretske formadas a partir da leitura de suas obras e de informações secundárias. Esses conteúdos estavam organizados no nível superior, como parte de uma noção separada associada ao autor. O encontro direto, entretanto, introduz novos dados perceptivos — traços comportamentais, modo de falar, presença física — registrados nos buffers perceptivos. Quando tais dados se conectam por relevância às crenças previamente estabelecidas, ocorre uma atualização do arquivo conceitual. O conhecimento anterior não é simplesmente substituído, mas enriquecido e reconfigurado pela experiência.

É nesse contexto que Perry (2001) introduz o que denomina “conhecimento de reconhecimento”. Trata-se de um tipo de conhecimento que emerge quando a percepção atual se articula com registros conceituais prévios, produzindo uma identificação estruturada. Reconhecer alguém ou algo não consiste apenas em perceber suas propriedades, mas em integrar essa percepção a um sistema já organizado de crenças e significados. O reconhecimento envolve, portanto, uma operação relacional entre níveis cognitivos distintos.

Esse processo possui implicações práticas. Ao atualizar arquivos conceituais, o reconhecimento pode influenciar critérios de ação, decisões e avaliações futuras. O conteúdo reflexivo que emerge dessa integração não permanece restrito ao plano teórico; ele opera como motivador de ações. A arquitetura proposta por Perry sugere, assim, que a formação do conhecimento não é estática, mas dinâmica e orientada por mecanismos de confirmação e enriquecimento contínuos.

Importa notar que nem todo dado perceptivo alcança o nível superior. A transferência depende da força da relevância e da compatibilidade estrutural entre registros. Muitos conteúdos permanecem no nível perceptivo sem se integrarem conceitualmente. O reconhecimento ocorre apenas quando há articulação bem-sucedida entre experiência e estrutura conceitual.

Essa arquitetura oferece um modelo robusto para compreender como o conhecimento se expande a partir da experiência. Contudo, ela deixa em aberto uma questão fundamental: o que orienta as relações de relevância que possibilitam tais conexões? Em outras palavras, qual é a força que direciona a experiência para certos conteúdos ausentes que buscam confirmação ou preenchimento? É precisamente nesse ponto que a fenomenologia da presença e ausência pode complementar a arquitetura de Perry, oferecendo uma explicação mais profunda para a motivação que estrutura o reconhecimento.

Presença e ausência na fenomenologia: a estrutura intencional do preenchimento

A arquitetura do reconhecimento descrita por Perry (2001) explica como conteúdos perceptivos podem atualizar arquivos conceituais previamente estabelecidos. Contudo, permanece uma questão decisiva: o que orienta a experiência na direção de certos conteúdos e não de outros? O que confere relevância a determinados dados perceptivos, tornando-os aptos a integrar-se aos registros de nível superior?

A fenomenologia oferece instrumentos conceituais para responder à questão da relevância ao situar a experiência dentro da dinâmica estrutural entre presença e ausência. Em Husserl (1982), toda consciência é intencional: ela está sempre dirigida a algo. Entretanto, aquilo que se apresenta à consciência nunca é dado de modo exaustivo. Toda presença carrega consigo horizontes de ausência — estrutura central da fenomenologia clássica e contemporânea (Drummond & Embree, 2011; Hopp, 2020; Smith et al., 2023).

Essa estrutura é descrita por Husserl como a articulação entre intenções vazias e intenções preenchidas. A intenção vazia antecipa aspectos ainda não dados plenamente; a intenção preenchida ocorre quando esses aspectos alcançam evidência intuitiva. A experiência, portanto, não é mero recebimento passivo de dados, mas movimento orientado em direção ao preenchimento de lacunas estruturais de sentido. Como mostra Levinas (1995), a teoria husserliana da intuição já implica

uma tensão constitutiva entre o dado e o ainda-por-dar, que estrutura a própria possibilidade do conhecimento.

Quando percebemos um objeto, apenas alguns de seus aspectos estão efetivamente presentes; outros permanecem ocultos, embora implicitamente visados. Essa estrutura é descrita por Husserl (1982) como a articulação entre intenções vazias e intenções preenchidas. A intenção vazia antecipa ou visa aspectos ainda não dados plenamente; a intenção preenchida ocorre quando esses aspectos alcançam evidência intuitiva. A experiência, portanto, não é mero recebimento passivo de dados, mas movimento orientado em direção ao preenchimento de lacunas estruturais de sentido.

Sokolowski (2000) exemplifica essa dinâmica com o caso clássico da percepção de um cubo. Apenas uma de suas faces é diretamente visível em determinado momento; as demais permanecem ausentes, mas são co-intencionadas como potencialmente acessíveis. Essa ausência não equivale a inexistência, mas constitui parte integrante da experiência perceptiva. O objeto é apreendido como possuidor de lados não vistos, formando um horizonte de completude possível.

Essa estrutura horizontal da experiência permite compreender que o ausente não é um simples vazio informacional. Ele funciona como força orientadora da atenção e da busca por confirmação. A intenção vazia projeta uma expectativa que mobiliza o sujeito em direção ao preenchimento. Assim, o movimento de exploração, verificação ou investigação emerge como consequência da própria estrutura intencional da consciência.

Nesse ponto, a fenomenologia complementa a arquitetura proposta por Perry (2001). Se, em seu modelo, a transferência informacional entre níveis depende de relações de relevância, a fenomenologia mostra que a relevância é estruturada pela própria dinâmica de presença e ausência. O que se destaca como relevante é aquilo que responde a uma intenção vazia em busca de preenchimento. A conexão entre buffer perceptivo e arquivo conceitual não ocorre de modo meramente mecânico; ela é orientada por expectativas implícitas que estruturam a experiência.

Essa dinâmica possui também dimensão temporal. O passado e o futuro configuram modos de ausência que influenciam a experiência presente. O passado permanece como sedimentação

de sentido nos registros conceituais; o futuro aparece como projeção de completude ou resolução. A experiência atual situa-se entre essas duas modalidades de ausência, operando como campo de possíveis confirmações.

É nesse contexto que a noção de campo fenomenal, desenvolvida por Maurice Merleau-Ponty (1945/2012), amplia a análise. A percepção não se limita ao objeto focalizado; ela é acompanhada por um entorno de significações implícitas — margens possíveis — que conferem espessura ao fenômeno. O campo fenomenal contém elementos não tematizados explicitamente, mas que influenciam a orientação da experiência. Essas “percepções marginais” operam como pano de fundo que condiciona o que pode emergir como relevante.

Assim, o reconhecimento não se restringe à correspondência entre dados perceptivos e crenças armazenadas. Ele é sustentado por uma estrutura fenomenológica mais profunda, na qual o sujeito se encontra constantemente orientado por horizontes de ausência. O preenchimento não é apenas confirmação de um conteúdo prévio, mas realização progressiva de um sentido antecipado.

A intuição desempenha papel central nesse processo. Para Husserl (1982), a evidência intuitiva é o momento em que a intenção encontra seu cumprimento. Contudo, mesmo antes do preenchimento pleno, a experiência já se encontra tensionada por antecipações que orientam a busca por evidência. A intuição, nesse contexto, não deve ser compreendida apenas como ato súbito ou não racional, mas como estrutura de realização de sentido que integra presença e ausência em um movimento contínuo.

Dessa forma, a fenomenologia permite reinterpretar a arquitetura do reconhecimento como processo motivado por horizontes de sentido. As intenções vazias configuram lacunas estruturais que solicitam confirmação; as intenções preenchidas estabilizam momentaneamente o conhecimento; e o campo fenomenal fornece o pano de fundo de possibilidades que sustenta essa dinâmica. O reconhecimento emerge, portanto, como resultado de um movimento orientado pelo ausente — movimento que prepara o terreno para a consolidação prática do conhecimento em formas mais estáveis de competência e ação.

Essa análise conduz naturalmente à próxima questão: de que modo o reconhecimento,

uma vez estruturado por essa dinâmica de preenchimento, se expande em capacidades práticas que ultrapassam a simples atualização conceitual? É nesse ponto que se torna necessário examinar a relação entre reconhecimento e know-how.

Reconhecimento e know-how: da atualização conceitual à competência prática

A análise anterior mostrou que o reconhecimento emerge da articulação entre registros perceptivos e estruturas conceituais, orientada por horizontes de ausência que solicitam preenchimento. Resta agora examinar como esse processo ultrapassa a mera atualização de crenças e se converte em competência prática. Em outras palavras: como o reconhecimento se transforma em know-how?

Na arquitetura proposta por Perry (2001), o reconhecimento ocorre quando dados perceptivos se conectam de modo relevante a arquivos conceituais previamente estabelecidos. Essa conexão produz enriquecimento ou modificação de crenças. Contudo, o reconhecimento não permanece confinado ao plano representacional. Ele pode gerar disposições estáveis que orientam futuras ações. É nesse ponto que se evidencia sua dimensão prática.

O know-how — tradicionalmente distinguido do “saber que” proposicional — refere-se à capacidade de realizar ações competentes em contextos específicos. Na filosofia analítica, essa distinção foi amplamente discutida por Ryle (1949), para quem o saber como não se reduz à posse de proposições verdadeiras, mas envolve aptidões incorporadas. A perspectiva aqui desenvolvida não nega essa distinção, mas sugere que o know-how pode ser compreendido como uma expansão estruturada do reconhecimento.

Quando o reconhecimento se repete em contextos semelhantes, as conexões estabelecidas entre percepção e conceito tornam-se progressivamente estabilizadas. O que inicialmente exigia esforço reflexivo passa a ocorrer com maior fluidez. A atualização conceitual sedimenta-se como disposição prática. O sujeito não apenas identifica situações; ele aprende a agir adequadamente nelas.

Esse processo pode ser descrito como incorporação progressiva. O reconhecimento

fornece critérios para ação; a repetição desses critérios em experiências concretas consolida padrões operacionais. O know-how emerge, assim, como forma de conhecimento em que as conexões entre níveis cognitivos tornam-se suficientemente integradas para orientar respostas sem necessidade de deliberação explícita constante. Estudos sobre intuição em aprendizagem profissional e tomada de decisão organizacional mostram que competências experientes frequentemente se baseiam em reconhecimento rápido de padrões situacionais adquiridos pela prática (Korthagen, 2005; Miller & Ireland, 2005; Sinclair & Ashkanasy, 2005), o que converge com a descrição fenomenológica da familiaridade incorporada.

Sob a perspectiva fenomenológica, essa transição pode ser interpretada como estabilização de preenchimentos anteriores. Intenções que anteriormente buscavam confirmação passam a encontrar evidência com maior rapidez e menor tensão. O horizonte de ausência que mobilizava a busca reduz-se, pois certos padrões já foram incorporados ao repertório do sujeito.

Essa dinâmica é particularmente evidente na formação de habilidades. Um indivíduo que aprende a resolver problemas matemáticos, a conduzir um veículo ou a dominar um instrumento musical inicialmente depende de instruções explícitas e reconhecimento deliberado de etapas. Com o tempo, a prática repetida transforma essas operações em competências integradas. O reconhecimento deixa de ser apenas identificação conceitual e passa a operar como estrutura implícita de ação.

Nesse sentido, o know-how não é simplesmente um acréscimo externo ao reconhecimento; ele constitui sua consolidação prática. O reconhecimento fornece a matriz relacional que organiza percepção e conceito; o know-how traduz essa matriz em capacidade operacional estável. Ambos compartilham uma estrutura comum de relevância e correspondência, mas diferem quanto ao grau de incorporação e automatização.

A filosofia da ação contribui para esclarecer essa passagem. A ação intencional envolve não apenas representação de um objetivo, mas também competência para realizá-lo. O agente age orientado por um futuro projetado — por uma forma antecipada de completude. A decisão, nesse contexto, pode ser compreendida como momento em que o reconhecimento orienta a seleção de um

curso de ação que visa reduzir uma condição de ausência percebida.

Assim, reconhecimento e know-how convergem na formação da agência. O primeiro organiza cognitivamente a experiência; o segundo estabiliza essa organização em padrões práticos. A atualização de crenças fornece critérios; a prática reiterada transforma esses critérios em habilidades. O conhecimento deixa de ser apenas registro atualizado e torna-se capacidade efetiva de intervenção no mundo.

Importa notar que esse processo permanece aberto. Mesmo competências consolidadas podem ser desafiadas por contextos inéditos, reativando horizontes de ausência e exigindo novos reconhecimentos. O know-how não elimina a dinâmica de presença e ausência; ele a reorganiza em níveis mais sofisticados de integração.

Dessa forma, a passagem do reconhecimento ao know-how revela que a estrutura do conhecimento é intrinsecamente orientada à ação. A experiência não apenas informa; ela transforma o agente. O preenchimento de ausências não culmina em mera confirmação conceitual, mas em ampliação de capacidades. O movimento que começa como busca por evidência termina como competência incorporada — sempre provisória, sempre aberta a novas expansões.

Decisão e motivação da ação: do “eu faltante” ao futuro projetado

Se o reconhecimento constitui a articulação entre percepção e estrutura conceitual, e o know-how representa sua consolidação prática, a decisão pode ser compreendida como o momento em que essa dinâmica se orienta explicitamente para a ação. A decisão não é um simples resultado mecânico de informações disponíveis, mas um processo estruturado por horizontes de ausência que mobilizam o agente em direção a um futuro projetado.

Na tradição fenomenológica, a experiência não é confinada ao presente imediato; ela é temporalmente estruturada. O sujeito encontra-se sempre situado entre sedimentações passadas e antecipações futuras. A decisão emerge nesse intervalo como resposta a uma condição percebida

como incompleta. Nesse sentido, pode-se dizer que toda decisão parte de um “eu faltante” que projeta a si mesmo em direção a uma forma mais completa de realização. A fenomenologia da decisão enfatiza que a orientação ao futuro não é acréscimo externo à experiência, mas sua estrutura temporal constitutiva (Hopp, 2020; Käufer & Chemero, 2021).

A noção de que a decisão envolve uma orientação subjetiva ao futuro foi tematizada por Karlsson (1988) ao descrever o caráter projetivo do ato decisório. Uma decisão refere-se sempre a um estado ainda não realizado, mas antecipado como possível. O agente não decide apenas com base no que está presente; ele decide em função do que falta — seja para alcançar um benefício, seja para evitar um prejuízo. O futuro projetado funciona como horizonte regulador da ação.

Pesquisas contemporâneas sobre intuição decisória reforçam essa interpretação ao mostrar que escolhas em contextos incertos frequentemente dependem de avaliações globais e pré-analíticas da situação, baseadas em reconhecimento experiencial (Miller & Ireland, 2005; Sinclair & Ashkanasy, 2005). Tais descrições convergem com a tese fenomenológica de que a motivação emerge do campo de relevâncias configurado pela experiência vivida.

À luz da arquitetura cognitiva anteriormente analisada, a decisão pode ser compreendida como momento em que as conexões estabelecidas entre registros perceptivos e arquivos conceituais convergem para a seleção de um curso de ação. O reconhecimento fornece critérios de interpretação; o know-how oferece capacidades operacionais; a decisão organiza esses elementos em direção a uma finalidade.

Entretanto, essa organização não é puramente racional no sentido formal. Ela é atravessada por intuições e percepções marginais que compõem o campo fenomenal da situação. Conforme destacado por Merleau-Ponty (1945/2012), toda percepção é acompanhada por um entorno implícito de significações que não estão totalmente tematizadas, mas influenciam a orientação do sujeito. Esses elementos contribuem para a avaliação das possibilidades disponíveis, mesmo quando não são explicitamente formulados em proposições.

A motivação da ação, nesse contexto, pode ser compreendida como efeito da tensão entre

presença e ausência. A percepção de uma lacuna — seja um problema a resolver, um risco a evitar ou uma meta a alcançar — ativa intenções que buscam preenchimento. A decisão representa a cristalização provisória desse movimento. Ela organiza os dados presentes à luz de um horizonte futuro que promete reduzir a condição de incompletude.

Essa dinâmica torna-se particularmente evidente em situações de incerteza. Diante de informações incompletas, o agente precisa operar com margens possíveis, projetando cenários e avaliando consequências. O reconhecimento anterior fornece padrões; o know-how oferece meios; mas é a estrutura de ausência que impulsiona a escolha. A decisão é, portanto, um ato que transforma expectativa em direção prática.

Importa sublinhar que a motivação não decorre apenas de desejos explícitos, mas da própria estrutura intencional da experiência. A ausência percebida possui força normativa: ela orienta o que deve ser investigado, confirmado ou evitado. Assim, a decisão não é mera preferência arbitrária, mas resposta estruturada a um campo de relevâncias configurado fenomenologicamente.

Ao decidir, o sujeito reorganiza seu campo de ação. O futuro projetado retroage sobre o presente, redefinindo prioridades e reinterpretando dados disponíveis. O “eu faltante” orienta-se para um “eu projetado” cuja realização depende da efetivação da ação escolhida. Nesse movimento, reconhecimento e know-how convergem como condições de possibilidade da agência.

Desse modo, a decisão consolida o argumento desenvolvido ao longo do artigo: o conhecimento não é apenas atualização informacional, mas processo dinâmico orientado por ausências que solicitam preenchimento. A motivação da ação emerge quando essa dinâmica atinge um ponto de convergência prática, no qual horizontes de sentido se transformam em compromisso operacional.

A decisão, portanto, não encerra o processo do conhecimento; ela o prolonga. Cada ação realizada modifica o campo fenomenal, introduz novos dados perceptivos e reabre horizontes de ausência. O ciclo entre reconhecimento, incorporação prática e nova projeção mantém-se em movimento contínuo, estruturando a formação do agente ao longo do tempo.

Conclusão

Este artigo propôs uma integração entre a arquitetura cognitiva do reconhecimento, conforme descrita por Perry (2001), e a dinâmica fenomenológica de presença e ausência desenvolvida por Husserl (1982) e aprofundada por autores como Sokolowski (2000) e Merleau-Ponty (1945/2012). O objetivo foi demonstrar que a atualização do conhecimento não pode ser compreendida apenas como transferência informacional entre registros cognitivos, mas deve ser situada dentro de uma estrutura intencional orientada por horizontes de ausência.

Argumentou-se que o reconhecimento constitui um processo relacional no qual dados perceptivos se articulam com arquivos conceituais previamente estabelecidos, produzindo enriquecimento ou modificação de crenças. No entanto, essa articulação depende de critérios de relevância que não são meramente formais, mas fenomenologicamente estruturados. A presença nunca é plena; ela é acompanhada por margens possíveis e por intenções vazias que solicitam preenchimento. O ausente, longe de representar mera carência informacional, funciona como princípio organizador da motivação cognitiva e prática.

Mostrou-se ainda que o reconhecimento não permanece restrito ao plano representacional. Quando estabilizado por repetição e incorporação, ele se expande em know-how, configurando competências práticas que orientam a ação de modo cada vez mais integrado. A passagem do reconhecimento à habilidade revela que a estrutura do conhecimento é intrinsecamente orientada à agência. O saber não apenas descreve o mundo; ele reorganiza o campo fenomenal do sujeito e amplia suas possibilidades de intervenção.

No âmbito da decisão, essa dinâmica atinge sua expressão mais explícita. A ação emerge da tensão entre um “eu” que se percebe incompleto e um futuro projetado como realização possível. A decisão consolida provisoriamente o movimento de preenchimento, transformando horizontes de sentido em compromisso prático. Contudo, cada ação reconfigura o campo da experiência e reabre novas ausências, mantendo o processo cognitivo em contínua transformação.

A principal contribuição teórica deste estudo consiste em mostrar que a estrutura do conhecimento deve ser compreendida como dinâmica integradora entre arquitetura cognitiva e intencionalidade fenomenológica. O reconhecimento, o know-how e a decisão não são momentos isolados, mas fases interdependentes de um mesmo processo orientado por horizontes de ausência que impulsionam a expansão do sentido e da competência prática.

Desse modo, o conhecimento revela-se menos como acúmulo estático de informações e mais como movimento estruturado de atualização e incorporação, no qual presença e ausência operam conjuntamente como princípios constitutivos da experiência e da ação. Essa perspectiva oferece um modelo conceitual capaz de articular epistemologia, fenomenologia e filosofia da ação em uma estrutura unificada da formação do agente cognitivo.

Referências:

Drummond, J. J., & Embree, L. (Eds.). (2011). *Husserl's phenomenology: A textbook*. Springer.

Hopp, W. (2020). *Phenomenology: A contemporary introduction*. Routledge.

Husserl, E. (1982). *Ideas pertaining to a pure phenomenology and to a phenomenological philosophy: First book* (F. Kersten, Trans.). Martinus Nijhoff. (Original work published 1913)

Karlsson, G. (1988). A phenomenological psychological study of decision and choice. *Acta Psychologica*, 68(1-3), 7-25.

Käufer, S., & Chemero, A. (2021). *Phenomenology: An introduction*. Wiley-Blackwell.

Korthagen, F. A. J. (2005). The organization in balance: Reflection and intuition as complementary processes. *Management Learning*, 36(3), 371-387.

Levinas, E. (1995). *The theory of intuition in Husserl's phenomenology*. Northwestern University Press.

Merleau-Ponty, M. (2012). *Phenomenology of perception* (D. A. Landes, Trans.). Routledge. (Original work published 1945)

Miller, C. C., & Ireland, R. D. (2005). Intuition in strategic decision making: Friend or foe in the fast-paced 21st century? *Academy of Management Perspectives*, 19(1), 19–30.

Perry, J. (2001). *Knowledge, possibility, and consciousness*. MIT Press.

Ryle, G. (1949). *The concept of mind*. Hutchinson.

Seifert, J. (1987). *Back to “things in themselves”: A phenomenological foundation for classical realism*. Routledge & Kegan Paul.

Sinclair, M., & Ashkanasy, N. M. (2005). Intuition: Myth or a decision-making tool? *Management Learning*, 36(3), 353–370.

Smith, D. W., et al. (2023). Phenomenology. In E. N. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2023 ed.). Metaphysics Research Lab, Stanford University.

Sokolowski, R. (2000). *Introduction to phenomenology*. Cambridge University Press.